

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Rede de Odontológica do PasMed – Credenciamento Pessoa Física

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inciso I do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

1.1. O Programa de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Servidores Municipais de Cabo Frio – PasMed, conforme Lei municipal nº 2.277, de 14 de abril de 2010, tem como competência prestar assistência médica por meio de tratamento ambulatorial, tratamento odontológico básico e exames médicos e odontológicos realizados por instituições credenciados aos beneficiários adeptos ao programa, à da respectiva Lei.

1.2. O Programa possui cerca de 2.932 titulares e 2.307 dependentes, tendo uma perspectiva de considerado aumento, tendo em vista, a abertura de inclusão no programa aos agentes exclusivamente comissionados e aos contratados temporariamente. Dessa forma, há necessidade de expansão da rede credenciada para o referido atendimento assistencial, pois esta não é suficiente para absorver a demanda de atendimento.

1.3. A rede credenciada tem como objetivo, portanto, suprir a necessidade de atendimento e permitir o aumento de acesso de beneficiários aos serviços de saúde de forma abrangente, no próprio Município de Cabo Frio e em Municípios vizinhos.

1.4. No ETP do Processo Administrativo nº 024/2023, foram levantadas hipóteses para a solução da demanda, que é a criação de uma rede credenciada para atendimento ambulatorial, realização de exames, consultas psicológicas e atendimento odontológico.

1.5. Naquele instrumento, verificou-se que a solução mais favorável seria o credenciamento de pessoas jurídicas (item 4.1.3), por ser a de menor custo, uma vez que o programa não arcaria com encargos trabalhistas. Dessa forma, originou-se o Edital de Credenciamento nº 01/2023, aberto desde 01/03/2023 para o credenciamento de diversas clínicas e consultórios, formando a rede de atendimento do programa.

1.6. Com mais de 45 pessoas jurídicas credenciadas, a rede tem suprido a demanda de atendimento dos assistidos até o momento. No entanto, a rede odontológica não teve o mesmo sucesso, com apenas 3 clínicas credenciadas desde 2023, número insuficiente considerando que só na primeira semana de abertura do atendimento odontológico, em 05/07/2024, foram solicitadas 415 consultas iniciais.

1.7. Em visitas a consultórios odontológicos da região verificou-se que eles atendem como autônomos (PF) e não como pessoa jurídica, dificultando, assim, o credenciamento nos moldes de credenciar somente pessoas jurídicas.

1.8. Portanto, evidenciou-se a necessidade de credenciamento de Pessoa Física para a expansão do atendimento odontológico, solução já levantada no ETP anterior (item 4.1.2).

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

2.1. Poderão participar do processo de credenciamento as pessoas físicas, interessadas em firmar contrato com o PasMed, com capacidade técnica comprovada, regularidade jurídico-fiscal, que atendam às condições específicas de habilitação constantes deste edital e se submetam aos parâmetros estabelecidos pelas normas do PasMed, dos decretos e portarias municipais sobre o assunto e da Lei Federal 14.133/2021, no que couber.

2.2. Não poderá participar do credenciamento pessoa física que:

2.2.1. For declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionada com fundamento no art. 156, IV, da Lei 14.133/2022;

2.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com a entidade contratante ou com agente público que desempenhe função

na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.2.3. Tenha sido descredenciada pelo PasMed nos últimos 12 meses por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidade na execução dos serviços prestados, conforme avaliação do Programa, em contrato anterior.

2.3. A inscrição neste processo de credenciamento por meio dos Apêndices I, II e III, devidamente preenchidos, acompanhados de toda a documentação exigida no Anexo III, implica em aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração do Instituto, independente de declaração expressa.

2.4. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no Edital e seus anexos.

2.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do participante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

III – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (Inciso IV do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

3.1. Com a abertura do atendimento odontológico em 08 de julho de 2024, a análise e o estudo da demanda com base em poucos dias de dados se mostram extremamente limitados e insuficientes para uma compreensão precisa e abrangente. Assim, esse período reduzido não permite a identificação de padrões consistentes ou tendências sazonais, uma vez que demandas podem variar substancialmente ao longo de meses.

3.2. Utilizaremos, então, os dados de novembro de 2019 para análise, onde, naquele período, a folha de credenciados odontólogos foi de R\$ 61.230,00, com 15 credenciados totalizou 1.360 atendimentos.

3.3. Como os dados de atendimentos médicos de 2023 se comportam de maneira parecida com 2024, projetamos 1.300 atendimentos odontológicos mensais.

IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO (Inciso V do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

4.1. As soluções de mercado disponíveis e que atendem aos requisitos da contratação foram pesquisadas. Em grande parte dos resultados da pesquisa, a solução utilizada foi a de prestação de serviços por rede credenciada, especificamente pessoa jurídica. Expandido agora, somente no caso de odontólogos, para credenciamento de pessoas físicas. Na pesquisa foi possível identificar também que alguns contratantes utilizam a seguinte solução como:

4.1.1. Solução I – **Rede própria de atendimento** - Nessa solução o próprio programa possui estrutura para atendimento dos assistidos. Eles detêm hospitais, clínicas e centros de atendimento.

4.1.2. Solução II – **Credenciamento de profissionais** - Nesse caso há um credenciamento de pessoa física, com o custeio do local pelos programas de assistência. O assistido fica livre para escolher o tratamento com profissional desejado, o que será remunerado conforme produtividade no atendimento. Ocorre que fica a cargo do programa todos encargos trabalhistas, bem como, a necessidade de esforço administrativo para a gestão de pessoas

4.1.3. Solução III – **Credenciamento de pessoa jurídica** - Já nesse caso há um credenciamento de pessoa jurídica, por meio de negócio jurídico que estabeleça as obrigações da contratada e da contratante. Os custeios do local, insumos, profissionais e encargos ficam a cargo da pessoa jurídica contratada.

V – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

5.1. Com os dados de novembro de 2019 para análise, onde, naquele período, a folha de credenciados odontólogos foi de R\$ 61.230,00, com os materiais e equipamentos odontológicos custeados, exclusivamente, pelo PasMed.

5.2. Nessa nova abordagem, os insumos e o equipo necessários a prestação de serviços serão de responsabilidade do credenciado, sendo os custos alocados na Tabela de Procedimentos, esse valor tende a dobrar, ficando projetado em, aproximadamente, R\$ 120.000,00.

VI – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

6.1. A solução escolhida e a ser adotada pelo PasMed é a Solução II – Credenciamento de pessoa física (item 4.1.2), pois, se mostra uma alternativa para expansão da rede odontológica, ainda que o programa arque com os encargos trabalhista.

6.2. Aponta-se que o credenciamento de pessoa jurídica continuará aberto concomitantemente ao de pessoa física, utilizando a mesma tabela de valores.

6.3. Não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado. Com isso, a solução a ser contratada resume-se a credenciar profissionais odontólogos.

VII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO – (Inciso VIII do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

7.1. O disposto não se aplica na presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos serviços a serem prestados em itens como: **clínicas, laboratórios, consultórios médicos e consultórios odontológicos.**

VIII – RESULTADOS PRETENDIDOS – (Inciso IX do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

8.1. O credenciamento visa suprir a necessidade de atendimento aos usuários e permitir o aumento de acesso deles aos serviços de saúde de forma abrangente, no próprio Município de Cabo Frio e em Municípios vizinhos.

IX – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – (Inciso X do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

9.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

X - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES – (Inciso XI do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

10.1. Para a presente contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

XI - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – (Inciso XIII do § 1º, Artigo 18 da Lei 14.133/21)

11.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível técnica e financeiramente, além de fundamentadamente necessária.

11.2. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Cabo Frio, 16 de julho de 2024

ARIOSVALDO GUIMARÃES DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO DO IBASCAF